CÂMARA MUNICIPAL DE AROUCA

Jornadas da Floresta
A Floresta e os Incêndios

CÍRCULO CULTURA E DEMOCRACIA

Arouca
24 e 25 de março de 2017
Loja Interativa do Turismo

"A riqueza da Floresta: aspetos ecológicos, económicos e sócio culturais"

Celso Portugal

Bombeiros Voluntários de Arouca

ENQUADRAMENTO

A natureza
cativa
os mais sensíveis

Algum rendimento e qualidade de vida

Pinheiro bravo:
cada vez mais uma raridade

1.
ASPETOS ECOLÓGICOS

Natureza = Poesia

Natureza selvagem

2.
ASPETOS ECONÓMICOS

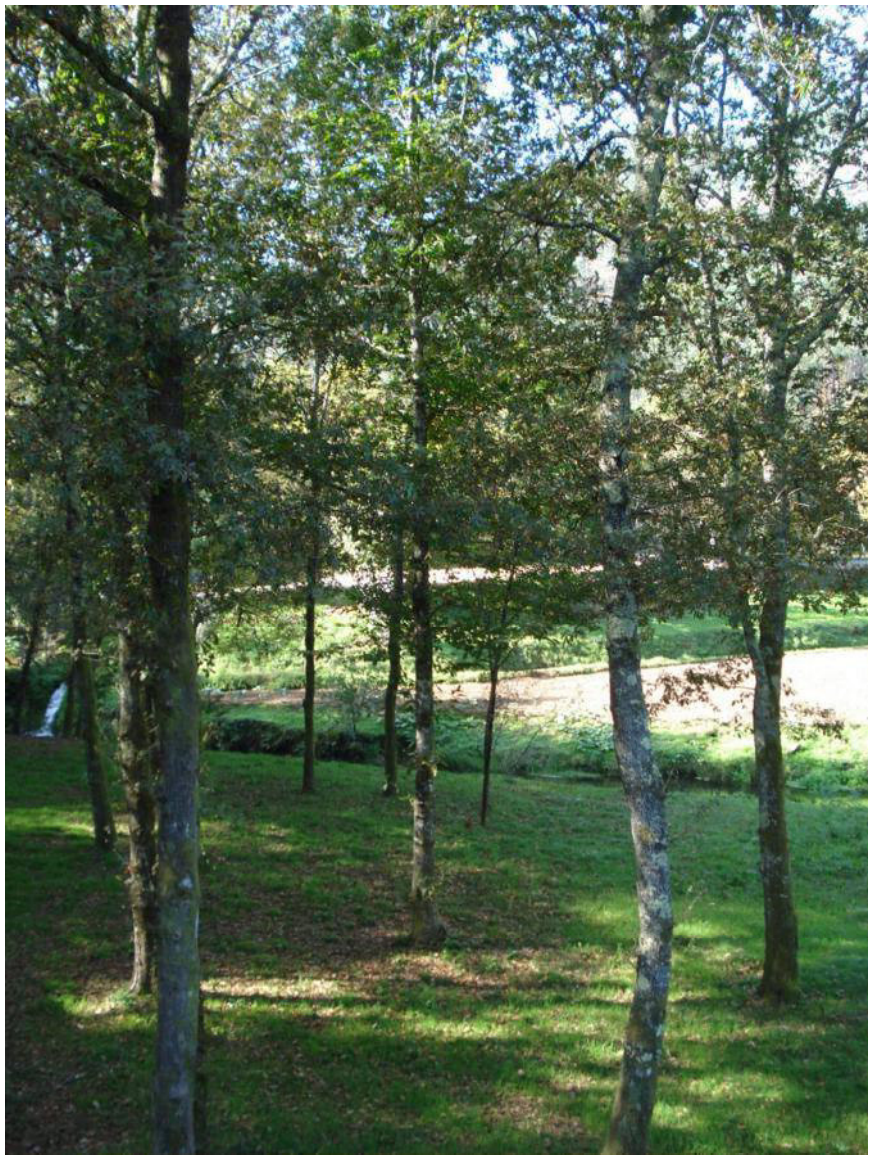
Eucalipto: inevitável

Rentabilizar o que está abandonado

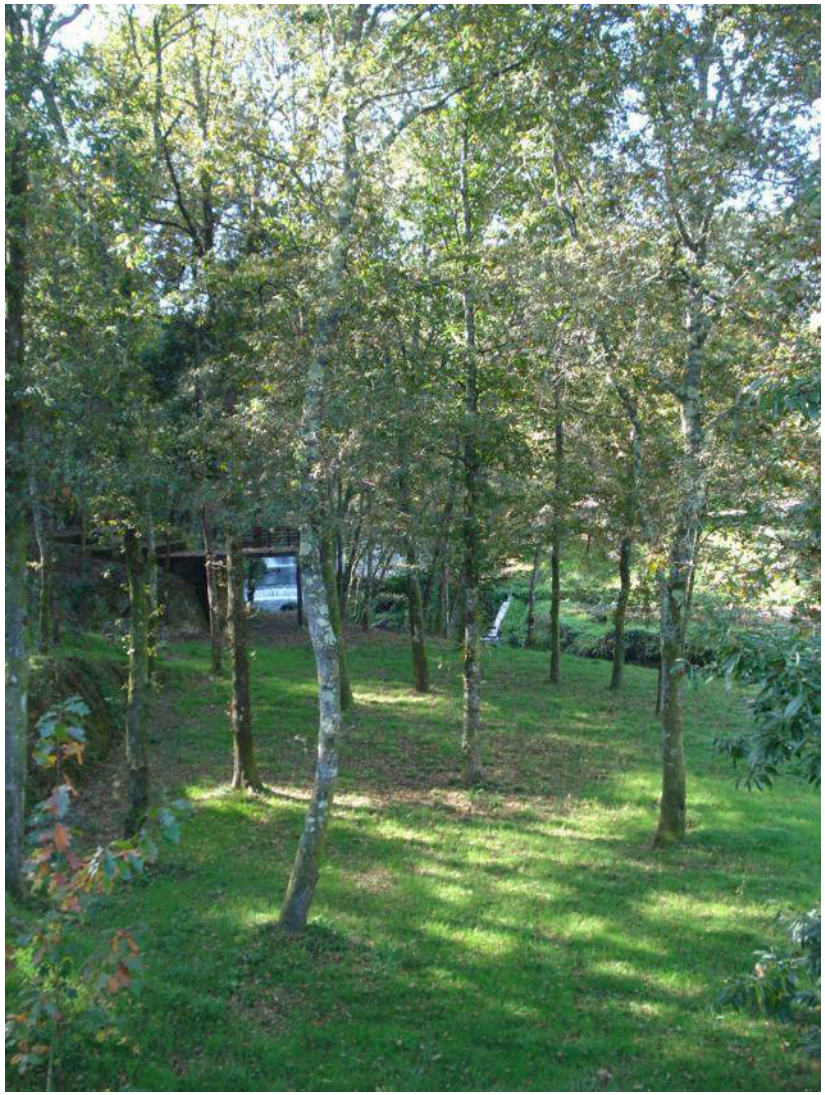
Isto é… decapitar o futuro

Povoamentos de crescimento rápido

3.
ASPETOS SÓCIO CULTURAIS



Ver
e
sonhar…



Arouca…
turismo
de natureza…

CONCLUSÃO

Desbravar…
…para novas culturas

Aposte na sensibilidade

Muito obrigado
pela vossa atenção

FIM

JORNADAS DA FLORESTA - A FLORESTA E OS INCÊNDIOS

AROUCA 24 - 25 DE Março de 2017 - LOJA INTERATIVA DO TURISMO

"A riqueza da Floresta: Aspectos ecológicos, Económicos e Sócio - culturais"

Saudamos todos os presentes, em especial o Círculo Cultura e Democracia e a CMA, pela realização destas jornadas, agradecendo o convite e a oportunidade de participarmos num recheado lote de ilustres conferencistas

ENQUADRAMENTO

Sendo a Floresta um dos pilares essenciais de suporte à economia do concelho e tendo já sido considerada "A Grande Riqueza de Arouca", é importante garantir a sua preservação, melhorar a sua produção e recuperar a sua componente ecológica e sócio cultural.

É elemento fundamental no cenário natural que "vende" Arouca, ainda garante a fixação de pessoas em locais mais dispersos constituindo barreira a uma maior desertificação. Na base destes pressupostos é urgente uma política de compromisso em que todos se sintam parceiros na sua defesa e na promoção da sua qualidade e sustentabilidade.

A sequência que nos foi sugerida para abordagem do tema corresponde à realidade desejável, mas tendo em conta o contexto actual, a componente económica sobrepõe-se às restantes.

Os aspectos ecológicos e sócio culturais que a floresta garante, têm sido relegados para segundo plano pelos responsáveis, sendo por isso urgente considerar a floresta nas suas várias componentes como sector prioritário para receber algum investimento público, pois só assim se poderá reduzir o fosso existente em relação aos enormes investimentos em infra estruturas que visam promover, em certa medida artificialmente, os espaços naturais.

Será uma tarefa difícil, considerando os caminhos que a floresta vem trilhando nas últimas décadas no sentido de uma degradação constante em que diminuiu a área florestada que era caracterizada por povoamentos diversificados que permitiam a extracção de madeiras, lenhas e pastagens, em ciclos curtos, de apoio à economia familiar.

Factor negativo e alarmante é a crescente sequência de incêndios que está a levar a nossa floresta para dois territórios distintos, mas que por vezes se cruzam: O aumento avassalador da área de eucalipto e o aumento indiscriminado das áreas absorvidas por infestantes. Tudo isto penalizando fortemente as parcelas de pinheiro bravo que abastecia a indústria local que a muito curto prazo terá dificuldades em sobreviver. No mesmo sentido, avança a eliminação de povoamentos tradicionais de carvalho e castanheiro que diminuem drasticamente. Observe-se o rude golpe, talvez irreversível, que esses povoamentos sofreram após o incêndio de agosto do ano passado na encosta norte da serra da Freita e não só.

1 – ASPETOS ECOLÓGICOS

É cada vez mais um imperativo global, o assumir partilhado de responsabilidades para compensar as agressões ambientais resultantes da poluição. O que se vem verificando é, no entanto, o endossar dessas responsabilidades a países subdesenvolvidos, à troca de dádivas imediatas de bens de primeira necessidade de que essas regiões carecem, por força das circunstâncias.

A sustentabilidade global é posta em causa a vários níveis, enquanto o papel da floresta não é devidamente valorizado como contrapartida essencial à degradação crescente. Continua sim, mesmo nos países que assumiram responsabilidades objectivas, a ser ignorada perante a força de multinacionais, sedentas de lucro voraz e imediato. Sem rosto e sem consciência ambiental, aumentam continuamente a potência das suas máquinas trituradoras.

Entre nós, embora de forma mais subtil, trilhamos os mesmos caminhos, fruto de uma acentuada redução dos preços das madeiras mais nobres, o que leva ao seu corte indiscriminado e à sua substituição por espécies de crescimento rápido. Assim se perdem áreas que lhes estavam afectas e consubstanciavam reservas de equilíbrio ecológico. Essas reservas, dificilmente serão repostas, uma vez que existem espécies que levarão muitas dezenas de anos, ou mesmo centenas, a atingirem as mesmas proporções. É muito urgente implementar medidas de apoio à floresta duradoura.

Os poderes públicos não podem continuar a adiar medidas de promoção às boas práticas florestais, que promovam a valorização da paisagem ornamental e a sustentabilidade, com espécies tradicionais que favoreçam o desenvolvimento da fauna e da flora. Para tal não são necessários grandes projectos nem verbas avultadas, mas muita vontade e apoio aos ditames da própria Natureza.

Existem parcelas de terrenos das autarquias que podem constituir pontos de partida para experiências piloto, que se podem promover também nas bermas das estradas e caminhos, nas margens de rios e ribeiros e nas orlas dos aglomerados habitacionais. Muito desse trabalho, essencial com vista ao futuro, pode e deve ser feito em parceria com os produtores florestais. Só assim se reporá a riqueza visual, se promoverá a ecologia e se reforçará a estabilidade ambiental. A paisagem diversificada e atraente valoriza o território, de que o turismo local necessita para se afirmar como destino de Natureza, que gostamos de apregoar, mas continuamos a por em causa.

2 - ASPETOS ECONÓMICOS

O eucalipto concentra as atenções gerais, extrema posições e coloca em ângulos opostos os que vêm a floresta como fonte de lucro rápido e os que a consideram elemento de sustentabilidade. Uns e outros têm a sua própria razão e dificilmente chegarão a consenso, mas é urgente alcançar um ponto de equilíbrio, para que a floresta reúna parceiros e vontades que façam dela um habitat de convivência pacífica, que garanta o seu desempenho inestimável na criação de riqueza, mas também de qualidade de vida.

Em Arouca, como em muitas outras regiões do País, é impensável abdicar do eucalipto. A sua implantação atingiu níveis que não permitem o retrocesso pois assumiu-se senhor do território e criou importância económica. No entanto, consideramos que é urgente conter a sua expansão para zonas onde ainda é possível salvaguardar as espécies tradicionais, que estão a ser dizimadas sem qualquer respeito, quer pelas leis da Natureza quer pelas do Estado. É inquestionável que o território florestal é hoje um espaço sem Lei e um futuro carregado de dúvidas.

Existem extensas áreas de eucaliptal que não são rentáveis, pela má qualidade dos solos em que foi introduzido e pelas pragas que o condicionam ou destroem, principalmente em cotas de altitude que lhes favorece a propagação. Uma terceira via reside nos terrenos abandonados, mas com proprietário legal, que se transformam em áreas infestadas pela própria espécie, onde existem várias vezes a quantidade de árvores aconselháveis por hectare.

Perante esta realidade incontornável, é urgente que os produtores florestais e as entidades que superentendem o sector assumam responsabilidades comuns capazes de inverter a situação:

a) Garantir a qualidade e a diversidade da produção florestal e uma consciência comum de que a qualidade merece ser recompensada. De outro modo agravam-se as dependências em relação ao actual mercado que subjuga a produção. Após os incêndios de 2016 verificaram-se entraves à recepção da madeira queimada e redução de preços.
b) Reforçar a capacidade de intervenção dos produtores e das suas associações, negociando preços e calendarizando cortes, além de programarem reservas para utilizações mais compensadoras;
c) Dispensar mais atenção aos aspectos sanitários, em relação a pragas que levam a perdas irreparáveis ou mesmo à destruição dos povoamentos;
d) Apoiar a implementação de medidas sérias que visem a redução da periodicidade dos incêndios, tendo também em conta a queda drástica do valor comercial dos terrenos. Se os ciclos de 10/12 anos, no eucalipto, já são pouco rentáveis, os ciclos de 3 ou 6 anos, cada vez mais frequentes, apenas resultam em prejuízo;
e) Avaliar a frustração, em relação às expectativas criadas há anos quanto à valorização dos resíduos florestais. A produção de energia à base de biomassa florestal recebeu fortes apoios públicos e os resultados são muito duvidosos, constituindo um atentado à inteligência dos que, de boa-fé, acreditaram numa solução. À falta de compensação económica, que nunca existiu, juntou-se a recusa, quase generalizada, em os receber. O reaparecimento das queimadas para eliminar os excedentes, são a prova.

f) Reapreciar a obrigação legal das limpezas periódicas em função da falta de colocação dos resíduos procurando uma solução que não avolume ainda mais a despesa de exploração ou anule o rendimento.

A economia florestal assume-se actualmente com base no risco muito elevado, a caminho do rendimento nulo. Com os ciclos de fogo cada vez mais curtos, existem áreas que correm o risco de se tornarem indefinidamente improdutivas. Existem povoamentos queimados em 2013 que o voltaram a ser em 2016. Mesmo em eucalipto, ciclos inferiores a 12 anos não são rentáveis. Quanto a outras espécies não vale a pena falar. As críticas endossadas ao produtor florestal, de ser descuidado, de deixar tudo ao abandono, são injustas, se forem tidos em conta os condicionalismos que tem de enfrentar. São sim, em grande percentagem, lutadores, vivendo na esperança de que algo vai mudar. Continuam à espera que a legislação para o sector possa ser justa e objectiva, que os incendiários sejam presos e tratados pela justiça como criminosos, que surjam medidas de apoio para algumas espécies mais vulneráveis e que sejam praticados preços justos à produção.

3 – ASPETOS SÓCIO CULTURAIS

Como já tivemos oportunidade de referir na introdução dos temas, os aspectos sócio culturais assumem cada vez mais importância, embora os responsáveis não os queiram entender. Gastam-se milhões no construído, adulterando por vezes a essência do natural, introduzindo factores que procuram encher o olho dos mais distraídos, e não se investe um pouco que seja na promoção do espaço natural, por exemplo, promovendo a renovação de espaços ardidos, carregados de simbolismo no passado, nomeadamente em alguns vales e encostas e no planalto da Freita.

Sem apoio público não se consegue inverter a situação actual. É difícil chegar junto de um produtor e dizer-lhe que abdique do seu rendimento periódico, resultante dos cortes de eucalipto, e opte pela plantação de espécies tradicionais porque são essenciais à Natureza. Esses povoamentos dão alguma despesa para se manterem minimamente cuidados e o rendimento é nulo durante gerações. Não existe sequer uma política de apoio ao seu papel na valorização da paisagem e na armazenagem dos poluentes.

Mesmo enfrentando os condicionalismos, os produtores florestais de média e dimensão (os grandes por cá não existem) devem participar na diversificação da sua floresta e orientar uma parte da sua atenção para áreas dignas de se tornarem espaços ornamentais que lhe proporcionem algum gozo pessoal, enquanto as entidades oficiais devem reconhecer esses espaços que valorizam e promovem o território. Infelizmente, nunca se ouviu uma palavra de incentivo e alento para os que, abdicando do rendimento e investindo mais que o normal, continuam a fazer um esforço enorme nesse sentido. Nem sequer falamos em reconhecimento económico, mas apenas em apoio simbólico.

Devemos estar atentos à monocultura que se expande no nosso território, dando dar lugar a um cenário monótono, que nada tem a ver com a nossa identidade de montes e vales a perder de vista. O verde que impera não é o verde tradicional que se transforma em cores alternativas

ao longo das várias estações do ano, cativando o olhar. Apesar de lento, o desenvolvimento de espécies tradicionais é aliciante para os que se habituaram a conviver com a natureza e as suas constantes metamorfoses.

EM CONCLUSÃO

Os três aspectos que tratamos resumidamente na nossa intervenção não devem ser dissociados uns dos outros, sob pena de agravarmos ainda mais as assimetrias de uma floresta abandonada à sua sorte, do tipo, cada cabeça cada sentença.

É essencial regulamentação clara e objectiva, sem alçapões que permitam a fuga às regras, mas devidamente ponderada para que não coloque em causa as pequenas explorações que caracterizam o nosso território. Só assim se fará justiça e se respeitarão os direitos dos pequenos e médios produtores.

A introdução de novas produções que começam a surgir, de rendimento em ciclos anuais, poderá ser um dos caminhos para uma maior dedicação à floresta, para a criação de mais emprego e servir de barreira à desertificação crescente.

Na primeira imagem que acompanhou a nossa intervenção afirmamos que " a Natureza cativa os mais sensíveis". Na imagem final apelamos "à aposta na sensibilidade". Acompanhem este nosso desejo, sonhem com ela e revejam-se na sua lei de paz e harmonia.

MUITO OBRIGADO